

# ECONOMIA INFORMAL E FORMAÇÃO HUMANA:

*O processo educativo de mulheres recicladoras de lixo*

Nilton B. Fischer\*

## INTRODUÇÃO

**A** sobrevivência de homens e mulheres, migrantes e moradores das periferias urbanas no Brasil, vem dependendo cada vez mais de atividades produtivas do setor informal da economia. Conforme Médici e Souza Aguiar, “entre 1980 e 1990, a renda per capita brasileira caiu 6% em meio ao recrudescimento da inflação, desemprego e da crise fiscal do Estado. O setor informal do mercado de trabalho teve expressivos aumentos, num contexto onde as más condições de vida urbana se intensificaram ao sabor da violência e do explosivo crescimento das aglomerações de baixa renda”(1). Neste artigo pretendemos fazer uma análise preliminar sobre a apro-

priação de categorias da economia pelos participantes dos projetos de educação popular (que têm se desenvolvido em Porto Alegre, nos últimos cinco anos, com mulheres catadoras/recicladoras), suas relações com a ecologia, bem como o papel do Estado nesse processo.

Numa breve comparação com projetos de educação popular de 30 anos atrás podemos constatar que atualmente as temáticas centrais têm apontado cada vez mais na direção de uma releitura das palavras: mercado; produtividade; preços; custos; matéria-prima e outras diretamente relacionadas com a atividade produtiva. Tais palavras geradoras têm refletido um movimento de apropriação de temáticas oriundas da economia. Esse processo demonstra concretamente a modalidade de educação popular que Brandão refere:

“uma última (modalidade) está no teor de saber que cada experiência popular coletiva, refletida e instrumentalizada de conhecimentos (e aí está boa parte do papel do educador popular) acrescenta em termos de um saber mais consistente (alguns preferem dizer: um saber orgânico) àquilo que as pessoas, os grupos e os movimentos populares já sabem”(2).

Nos projetos em questão, podemos destacar outra variável: a presença de políticas públicas oriundas de uma ação consciente do Estado, no caso a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Por mais que as propostas neoliberais registrem a tendência de reduzir o Estado às suas funções sociais, estas não têm se constituído num processo de “mão única”, no sentido do controle da Prefeitura sobre projetos de educação e economia populares. No caso de Porto Alegre, nos galpões onde trabalham mulheres recicladoras, a política da Administração popular acena a possibilidade de que tais projetos sejam o embrião gerador de profunda transformação também na esfera produtiva. Além disso, inclui-se a relação com aspectos ligados à busca de soluções para a ecologia. Tal enfoque, guardadas as suas proporções, se vincula com uma ação sobre a sociedade na direção de sua superação. Marx (3) demonstra semelhantes preocupações com a preservação das pré-condições ecológicas da vida humana para as gerações futuras: “...nem mesmo toda uma sociedade, ou toda uma nação, ou todas as sociedades contemporâneas tomadas em conjunto, são donas absolutas da terra. São apenas seus ocupantes, seus beneficiários, e, como um bom pai de família, têm de deixá-la em melhores condições para as gerações seguintes”.



Foto: Arquivo CEM



## O PROCESSO PRODUTIVO DA RECICLAGEM: o lugar da ação

A produção de matéria-prima, no caso, lixo seco (papel/papelão; vidro; plástico e latas) representa em Porto Alegre, conforme mais recentes (jan/93) dados do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana) um total de 510 toneladas diárias. Desse total, a "coleta seletiva" representa 40%, o equivalente a 204 toneladas, das quais 9% vai para galpões onde atuam as mulheres recicladoras(4).

A importância da presença do poder público em mediar esse processo é fundamental favorecendo que tal atividade se realize sem custos de transporte. Mais do que isso, tal participação evidencia uma parceria do Estado com a atividade produtiva, significando muito mais a contribuição na capacitação dos agentes econômicos do que mero controle. Este tipo de política pública corresponde a discussões muito atuais acerca da relação Estado-Economia: "a economia não é uma máquina; é a soma de milhões de atos e decisões individuais e coletivos, impossíveis de serem totalmente controlados, que levam a um resultado predeterminado. (...) É preciso criar instituições políticas e econômicas que permitam à produção atender às necessidades; que orientem as pessoas, apontando-lhes caminhos e criando vias/canais de comunicação entre vários produtores e entre produtores e usuários"(5).

Como resultante da ação do Estado se constata a contrapartida, ou seja: a produção realizada em dois galpões (o da Ilha Grande dos Marinheiros e da Av. Dique - Santíssima Trindade-) revela um aproveitamento de 70% desse material, transformado em fardos de material reciclado que é comercializado de forma direta com os compradores, grandes empresas, eliminando assim a figura do intermediário e ao mesmo tempo gerando um ganho semanal por indivíduo equivalente a meio salário mínimo.

Um dos pontos de estrangulamento,

em qualquer atividade produtiva, está relacionado com a qualificação da mão-de-obra e com a consequente repercussão na produtividade desse setor. Como se pode imaginar não é fácil a instauração de um processo educativo que tenha como objetivo aumentar a produção num setor tão complexo como o do lixo seletivo, ainda mais levando-se em conta que a mão-de-obra se constitui de mulheres desenraizadas, moradoras na periferia urbana advindas de uma relação com o trabalho no campo e de recentes formas de trabalho mais relacionadas com "biscates". No entanto, é no espaço físico desses galpões que as mulheres apreendem uma nova forma de trabalhar, procurando incorporar novos conhecimentos que a prática da reciclagem do lixo exige. Como enfatiza Ecléa Bosi(6): "o trabalho não é só ação, é também lugar de ação, que a lembrança do operário sabe de cor, distinguindo os ambientes tranquilos, onde se desenhava e escrevia, das seções ruidosas e fétidas, onde se corria o risco de envenenamento e mutilação. É um campo associativo completo, pois reúne as dimensões corporal, social e política do trabalho, vividas intensamente por todo o seu grupo de convívio".

A assessoria, nestes últimos cinco anos, desenvolveu um processo contínuo de formação a partir de um objetivo político determinado: organização popular. Num primeiro momento isso pode parecer somente o privilegiamento de ações públicas de reivindicações e os constantes abaixo-assinados na luta por seus direitos. No caso das mulheres papeleiras tal formação esteve vinculada diretamente com a necessidade de organizar a produção.

Para tanto foram necessárias etapas que - preliminarmente - garantissem algumas condições mínimas de trabalho: foi construído um galpão, com a devida especificação de altura e tamanho para garantir a entrada dos caminhões da coleta seletiva e da instalação de cestas que permitissem o depósito da matéria-prima. Aos poucos tal procedimento foi aperfeiçoado para poder atender a forma de organização das equipes de produção. Cada galpão tem sua própria organização, mas o princípio da divisão da matéria-prima por equipes de trabalho, para o primeiro

momento de classificação da matéria-prima, é importante pois permitirá que o segundo momento seja feito em rodízio para melhor aproveitarem os equipamentos existentes, tais como: prensa de latas e de papel/papelão; moinho de plástico e o enfardamento do material classificado.

Os resultados dessa organização da "mão-de-obra" têm demonstrado serem adequados ao permanente processo educativo. Miguel Arroyo (7) destaca esse vínculo entre a atividade produtiva e a "formação humana": "Quando nos aproximamos do princípio educativo onde realmente ele se dá, passamos a perceber que os setores populares estão se transformando em um novo ser social. Por mais embrutecedora que seja a modernização econômica e as formas de inserir os setores populares como agentes produtivos racionais e eficientes, esses processos materiais terminam sendo contraditoriamente agentes de avanço intelectual, moral, político e cultural desses setores populares incorporados. Os avanços educacionais do povo são inseparáveis de avanços concretos ocorridos nos processos de produção onde esse povo é incorporado como trabalhador". Mesmo que o nosso caso seja o estudo junto ao mercado informal, tais contribuições podem ser perfeitamente aproveitadas.

Outra característica da ação educativa que diz respeito ao mundo do trabalho está no fato das equipes discutirem suas formas de trabalhar, inclusive sobre as questões concretas como atrasos, faltas e relações interpessoais. Esta instância dos grupos é depois socializada com todos os demais participantes, na tentativa de manter-se uma espécie de "código" de trabalho comum para todo o galpão. Nesse momento se incluem também discussões sobre a qualidade da matéria-prima recebida; sobre o preço das mercadorias no mercado; sobre a distribuição dos resultados da produção, e, inclusive sobre o que as empresas tradicionais fazem: a provisão para incertezas do mercado. Esta é uma das etapas extremamente interessante pois aguça a temática muito forte junto aos setores da população que vivem com o imediato da sobrevivência: como deixar de se apropriar do dinheiro obtido e "aplicá-lo" no mercado financeiro (caderneta de poupança) se as necessidades são sempre perma-





O breve estudo que fizemos abarca o processo educativo presente na ação econômica de sessenta mulheres recicladoras que atuam em dois galpões na periferia de Porto Alegre.

Temos aprendido muito e especialmente em relação aos projetos de educação popular aprendemos com o tempo. Brandão (9) traduz isso muito bem ao afirmar: "Descobriu-se aos poucos que tão importante quanto a inevitável dimensão política e histórica dada à educação popular era saber aplicar a ela um sentido de experiência imediatamente gratificante e prazerosa em si mesma, a cada dia. Que as

peças não viessem aos grupos de estudos e aos círculos de cultura apenas para aprender para um "depois", mas que chegassem para conviver, ali e agora, a partilha do afeto vivido com a troca de sentimentos e de saberes". Essas palavras, junto com as de Arroyo apresentadas acima, resgatam o trabalho como princípio educativo presente nos projetos de educação popular, modificando também as práticas dos "agentes". Por isso, os intelectuais, os agentes de mediação, perderam o receio de estudar atividades de geração de renda uma vez que foi superado o fato de só ver o lado "exótico", de retirar do lixo, por exemplo, sucatas para serem transformadas em brinquedos.

Além disso, há outro item a salientar: a presença do Estado como "indicador" de uma política pública que aproxima produtores e usuários. Ou seja: a ação das mulheres recicladoras favorece a conscientização do cidadão comum, produtor da matéria-prima (lixo seletivo), dando o significado ao seu gesto de classificar os componentes do lixo no espaço doméstico e com a "sugestão" do Estado. Finalmente, a resultante desse conjunto de interfaces é a construção de um modelo de desenvolvimento total, que interfere diretamente na qualidade de vida de todos e questiona as premissas predatórias de um processo de acumulação capitalista.

Quem melhor sintetiza esta idéia é Isabel Carvalho (10) dizendo assim: "A capaci-

dade de garantir a sobrevivência das gerações presentes e futuras dependerá da capacidade de construirmos um modelo rico em alternativas que possa enfrentar com novas soluções a atual crise sócio-ambiental. (...) Se a economia deixa de ser o único parâmetro para a definição de sustentabilidade, pode-se escolher o que vale a pena sustentar. Os custos não devem ser considerados apenas em moeda, dentro da lógica da acumulação, mas avaliados do ponto de vista daquilo que está disposto a pagar, em termos de mudança dos padrões de consumo e redistribuição de oportunidades para viabilizar uma sociedade mais equânime e menos predatória".

\* Nilton B. Fischer é Professor do Programa de Pós-Graduação da UFRGS e atual Secretário de Educação do Município de Porto Alegre (RS).

#### NOTAS

- (1) Artigo: Desenvolvimento sem ética. André Cezar Médici e Marco Antonio de Souza Aguiar, in Políticas Governamentais (IBASE), número 80, vol. VIII, p.39. Mai-Jun/92.
- (2) Artigo: Educação Popular. Conversa em Família. Carlos Rodrigues Brandão, in Tempo e Presença (CEDI), número 195, p.21, Dez.1984.
- (3) Dicionário do Pensamento Marxista. Ed. Tom Bottomore, Jorge Zahar Editor, 1988, p. 115 (Ecologia).
- (4) José Luis Coraggio destaca a presença da mulher nessas atividades produtivas e as relações com seu espaço privado: "El papel protagonista de las mujeres en el funcionamiento de la economía doméstica y en la más amplia economía popular es evidente. Pero, además, es fundamental su papel como agente de socialización y/o cambio, también en materia económica". CORAGGIO, Economía y Educación en América Latina. Flaco/Equador. p.45.1992.
- (5) Artigo: A economia de um mercado socializado. Diane Elson, In: Depois da Queda, org. Robin Blackburn, Paz e Terra, 1992, p.249.
- (6) Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos. Ecléa Bosí. Ed. A. Queiroz, 1987, p.394.
- (7) Artigo: Um balanço positivo para os setores populares. Miguel G. Arroyo, in: Tempo e Presença (CEDI), número 238, ano 11, p.6. Jan-Fev/89.
- (8) Idem, Coraggio, p.47.
- (9) Artigo: A esperança do cotidiano. Carlos Rodrigues Brandão. In: Tempo e Presença (CEDI), número 229, abril/88, p.6.
- (10) Artigo: Os mitos do desenvolvimento sustentável, Isabel C. M. Carvalho, in: Políticas Governamentais (IBASE), v.VII, número 75, p. 21. Nov-Dez/1991.

mentes? Uma discussão se faz necessária nesse aspecto, pois é possível um avanço muito grande na compreensão da cultura das classes populares se aprofundarmos o estudo da categoria "tempo". Por exemplo: como se constitui a previsão do amanhã nessas populações (suas festas, aniversários, matrícula de seus filhos, dia de finados e visitas ao interior)? Como isso pode se traduzir na atividade econômica?

Estas perguntas, em parte são respondidas por Coraggio (8) ao estabelecer uma conexão entre as esferas econômicas dessas populações e a construção de uma sociedade democrática: "em todo caso, devemos aceitar o fato de que as preocupações fundamentais dos setores populares passarão pela problemática imediatista de sua sobrevivência, da segurança econômica, e advertir que por aí passa também a possibilidade de gerar sujeitos coletivos populares, capazes de participar de maneira não subordinada num sistema democrático. Esta perspectiva se enquadra numa visão política que reconhece a existência de estruturas, mecanismos e projetos de poder, evitando a idealização da democracia real e que propõe como projeto a conformação de um poder popular que permita o desenvolvimento de um sistema realmente democrático-participativo."

## CONCLUSÕES